



Associação para a Promoção
da Segurança Infantil

23 de Agosto de 2011

Entrevista a Sandra Nascimento, presidente da APSI

A APSI lançou, a 21 de Junho e pelo nono ano consecutivo, a Campanha de Segurança na Água. Que balanço faz da campanha, numa altura em que ainda falta mais de um mês para a época balnear terminar?

Comparativamente com os últimos anos está a ser uma campanha com um grande impacto. Era necessário aumentar a sua dimensão para que pudesse chegar a mais locais e a mais pessoas. Neste momento, a Campanha de Segurança na Água não está apenas presente nos media – através dos anúncios de imprensa, dos spots de rádio e de televisão – mas é uma campanha com uma abrangência nacional e local. O apoio dos organismos e órgãos de comunicação social locais tem sido muito importante: através da distribuição de folhetos informativos pelas autarquias, farmácias, e centros de saúde, chegando directamente às pessoas. Estão ainda a ser distribuídos postais gratuitos nos cinemas e teatros, com mensagens relacionadas com a prevenção dos afogamentos em crianças e 3 milhões de pacotes de açúcar com conselhos de segurança na água, para além dos *outdoors* existentes junto às principais praias do Algarve. O filme da campanha está a ser transmitido por muitos canais de circuito interno, quer de autarquias, como de organismos públicos.



Alto Comissariado
da Saúde



FUNDAÇÃO
LUIS FIGO
FOUNDATION



Em comparação com os dados do ano passado, por esta altura, morreram menos três crianças por afogamento. Até Julho de 2010 tinham morrido nove crianças. Este ano, até Agosto, registaram-se seis mortes. As pessoas estão mais conscientes do que é preciso fazer para evitar este tipo de acidentes?

É algo difícil de avaliar. A verdade é que menos 3 casos em 17, que foi o total de mortes por afogamento em 2010, é pouco representativo. O que é importante salientar é que desde que a APSI iniciou a Campanhas de Segurança na Água, em 2003, dois anos depois já se registavam menos 10 casos de mortes por afogamento por ano.

De uma maneira geral, a opinião pública está mais alerta. E não é apenas o número de mortes que reduziu, mas também o número de internamentos em consequência de um afogamento. Pois, apesar de, regra geral, um afogamento ser fatal, existem muitos casos em que as sequelas neurológicas decorrentes de um acidente deste tipo são bastante graves, afectando a vida dessa criança para sempre. Não nos podemos esquecer que o ano passado, 54 crianças foram internadas e, destas, 17 morreram.

A lei está do lado das crianças ou continuam a existir lacunas?

Há ainda muito por fazer, quer a nível da legislação, como nos comportamentos das próprias famílias. Continua a não existir um enquadramento legal para as piscinas, não há obrigatoriedade de estas serem vedadas e a lei dos poços é muito antiga: os requisitos que existem são insuficientes e não há fiscalização para saber se estão a ser cumpridos. No geral, e em termos do que é mais importante no que diz respeito à lei, falta quase tudo.

Afirma que os comportamentos das famílias também têm de mudar. Ainda persiste a ideia de que ensinar a criança a nadar é suficiente para evitar o afogamento?

De uma maneira geral, sim. Confia-se no comportamento, apesar de sabermos que este é o mais falível. Saber nadar é importante e as técnicas de auto-salvamento – apesar de ainda não existirem estudos que o comprovem – também o serão, mas apenas como complemento a outras medidas, essas sim, fundamentais: como a colocação de uma barreira física e intransponível que impeça ou atrase o acesso da criança à água. A Organização Mundial de Saúde defende que uma vedação eficaz reduz em cerca de metade o número de afogamentos em crianças até aos 5 anos.



Alto Comissariado
da Saúde



FUNDAÇÃO
LUIS FIGÓ
FOUNDATION



Quando falamos de crianças, falamos de uma faixa etária mais vulnerável, por não ter consciência do perigo. Crianças com necessidades especiais exigem uma atenção redobrada. A Fundação Luís Figo apoiou, este ano, a Campanha de Segurança na Água exactamente para dar enfoque a essa questão?

No geral, as crianças são mais vulneráveis porque, para além de terem dificuldade em identificar o perigo, não conseguem avaliar o risco. No caso de um afogamento, muitas vezes as pessoas dizem que a criança se atirou à água, mas não é isso que acontece. Como a criança tem uma cabeça mais pesada do que o corpo, ao inclinar-se, desequilibra-se e cai. As crianças com necessidades especiais, podem, em alguns casos, estar mais vulneráveis: o facto de não verem ou não ouvirem, por exemplo, pode dificultar a identificação do perigo e a avaliação do risco. Uma criança que esteja numa cadeira de rodas, se cair à água, provavelmente nem se conseguirá agarrar. A campanha deste ano, fruto da associação com a Fundação Luís Figo, quis dar atenção a estas crianças que estão numa condição de maior vulnerabilidade: as crianças até aos cinco anos e as com necessidades especiais.

É importante para as pessoas associarem Luís Figo – o herói de muitas crianças e adultos – a uma campanha com este objectivo?

Sem dúvida. As figuras públicas servem de modelos para as famílias, o comportamento delas é muitas vezes “copiado”. São vistos como exemplos, e estes podem ser bons ou maus. Ao considerar importante associar-se a esta campanha, Luís Figo está a transmitir aos fãs e às pessoas que o admiram que a prevenção dos afogamentos é fundamental, que é algo a que todos devemos dar atenção. É um factor que ajuda a modelar comportamentos, neste caso, no melhor sentido.

Para finalizar, de que forma a sociedade civil se pode envolver para que não tenhamos de ler mais notícias de mortes de crianças por afogamento?

O papel mais importante que a sociedade pode ter neste momento para que as coisas possam mudar é ser mais crítica e denunciar situações de risco inaceitáveis para as crianças. Como consumidores, podemos escolher passar férias em locais onde as piscinas tenham vedação, por exemplo. Temos todos de ser mais exigentes e não permitir que continuem a existir espaços que recebem crianças e que não acautelam a sua segurança. A sociedade tem de ser mais interventiva.

Entrevista realizada pelo Departamento de Comunicação da APSI



Alto Comissariado
da Saúde



FUNDAÇÃO
LUÍS FIGO
FOUNDATION

